caderno 2

FALANDO SOBRE SEGURANÇA PÚBLICA NA MARÉ

A Vida na Favela: relatos sobre o cotidiano em meio à violência armada

redes da maré

ORGANIZAÇÃO

Associação Redes de Desenvolvimento da Maré

ORGANIZADORAS

Camila Barros Moraes
Isabel Cristina Lopes Barbosa
Lidiane Malanquini
Patrícia Sales Vianna

RELATOS

Ana Paula Godoi Medrado
Fagner França
Gabriel Lima
Isabel Barbosa
Joelma Sousa dos Santos
Levi Germano Batista
Vânia Silva

Revisão Luiz Assumpção
Projeto gráfico e diagramação Amapola Rios
Fotos Patrick Marinho e Douglas Lopes

CIP-BRASIL. Catalogação na Publicação
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

F158
Falando sobre segurança pública na Maré - A vida na favela: relatos sobre o cotidiano em meio à violência armada / organização Associação Redes de Desenvolvimento da Maré
da Maré. – 2. ed. – Rio de Janeiro : Redes da Maré, 2021.

32 p. ; 21 cm
ISBN 978-85-61382-10-0

1. Segurança pública – Maré (RJ). 2. Maré (RJ) – Condições sociais. 3. Maré (RJ) – Condições econômicas. 4. Favelas – Rio de Janeiro (RJ). I. Associação Redes de Desenvolvimento da Maré.

19-60127
CDD: 353.26098153
CDU: 351.74 (815.3)

© 2021 ASSOCIAÇÃO REDES DE DESENVOLVIMENTO DA MARÉ

caderno 2

FALANDO SOBRE SEGURANÇA PÚBLICA NA MARÉ

A Vida na Favela: relatos sobre o cotidiano em meio à violência armada

redes da maré

SOBRE A REDES DA MARÉ

A Redes da Maré é uma instituição da sociedade civil que atua há mais de 20 anos na Maré, tendo como objetivo principal contribuir para a efetivação de políticas públicas estruturantes que impactem na qualidade de vida dos mais de 140 mil moradores das 16 favelas que compõem a Maré. A criação da Redes da Maré foi resultado de um longo processo de comprometimento dos seus fundadores com o movimento comunitário no conjunto de favelas da Maré e, também, na cidade do Rio de Janeiro. A partir da iniciativa de moradores da Maré que acessaram a universidade e/ou compunham movimentos sociais e comunitários, a instituição iniciou suas ações no território, principalmente pautando o acesso ao direito à educação para todos os moradores da Maré.

As ações, pesquisas e reflexões desenvolvidas pela Redes da Maré ao longo de seu percurso, nos diferentes campos das políticas sociais, pautam-se pelo interesse comum de trabalhar, de forma integrada e abrangente, com temáticas relativas à cidade do Rio de Janeiro e, mais especificamente, aos seus espaços populares. Atualmente, a Redes da Maré busca desenvolver projetos dentro de cinco eixos: Arte, Cultura, Memórias e Identidades; Desenvolvimento Territorial; Educação; Direito à Saúde; e Direito à Segurança Pública e Acesso à Justiça.

SUMÁRIO

SOBRE O EIXO DIREITO À SEGURANÇA PÚBLICA E ACESSO À JUSTIÇA 6

SOBRE O CURSO FALANDO SOBRE SEGURANÇA PÚBLICA NA MARÉ 7

PREFÁCIO 8

1. EU NUNCA VOU ESQUECER DO LUGAR ONDE NASCI 10

2. OPERAÇÕES POLICIAIS NA FAVELA – SERIA O TIRO MAIS LETAL QUE O VÍRUS? 12

3. ENSINO DE DANÇA E SEGURANÇA PÚBLICA: CONEXÕES POSSÍVEIS NA ESCOLA LIVRE DE DANÇA DA MARÉ 16

4. EM BUSCA DA DECOLONIALIDADE: UMA LUTA PELA EXISTÊNCIA 21

5. A POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA NO BANCO DOS RÉUS: QUANDO UM JULGAMENTO SIGNIFICA INCALCULÁVEIS VIDAS FAVELADAS SALVAS OU PERDIDAS 24

6. SEGURANÇA PÚBLICA E EDUCAÇÃO SANITÁRIA: A SOLUÇÃO VEM DA FAVELA 26

7. NA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO: FAVELA VIVE 28

SOBRE O EIXO DIREITO À SEGURANÇA PÚBLICA E ACESSO À JUSTIÇA

O eixo **Direito à Segurança Pública e Acesso à Justiça** tem o objetivo de fomentar, para todos os moradores das 16 favelas da Maré, a compreensão da segurança pública e do acesso à justiça como direitos fundamentais em todos os espaços da cidade. O Eixo tem um processo de trabalho que se divide em quatro áreas de atuação:

[i] **Produção de conhecimento sobre violências na Maré:** criação de espaços de formação sobre a temática de segurança pública; coleta e monitoramento de dados sobre violência armada e outras violências; construção de novas narrativas sobre favela e violências e publicização de informações, análises e perspectivas através de boletins, matérias jornalísticas, artigos e intervenções artísticas.

[ii] **Acolhimento e atendimento às vítimas de violações de direitos:** atendimento sóciojurídico gratuito aos moradores, principalmente no contexto das violências que afetam o território da Maré. O acolhimento realizado por assistentes sociais, psicólogas e advogadas busca viabilizar e fortalecer o acesso a direitos, sobretudo à justiça.

[iii] **Mobilização de moradores:** atividades de sensibilização e disseminação de conteúdo acerca de direitos fundamentais. A partir do diálogo cotidiano nas ruas, pretende-se fortalecer estratégias de reivindicação de direitos, especialmente nas áreas onde são perpetradas recorrentes violações.

[iv] **Incidência política:** a ideia central deste trabalho é manter o diálogo permanente com órgãos do poder público, pesquisadores, movimentos sociais e influenciadores que permitam fortalecer efetivamente as políticas públicas, sobretudo relacionadas à segurança pública e ao acesso à justiça.

SOBRE O CURSO FALANDO SOBRE SEGURANÇA PÚBLICA NA MARÉ

A metodologia do projeto Falando sobre Segurança Pública na Maré está baseada no aprofundamento de uma reflexão crítica sobre as temáticas que envolvem o direito à segurança pública, articulando espaços de compartilhamento de tecnologias sociais e experiências neste campo. A Redes da Maré entende que é fundamental qualificar e democratizar o acesso à informação e à produção de conhecimento, sobretudo para e pelos profissionais e moradores de favelas, que são os mais impactados pela negação desse direito fundamental.

Dessa forma, atualmente o projeto se organiza a partir de ações de formação continuada para as equipes do eixo Direito à Segurança Pública e Acesso à Justiça e do Curso Falando Sobre Segurança Pública na Maré.

O curso é direcionado aos moradores e moradoras da Maré, ativistas e profissionais que atuam no campo da segurança pública e direitos humanos, e tem o propósito de promover trocas de experiências entre seus participantes. Neste ano de 2021, por conta da pandemia, foi necessário realizar o curso de forma remota, o que possibilitou um maior número de participantes, inclusive moradores e ativistas de outras favelas do Rio e de outros estados do país. Apesar de acreditarmos na importância dos encontros presenciais, percebemos que o formato online expandiu o alcance do curso e potencializou as trocas de experiências entre os participantes não moradores ou frequentadores da Maré e os que vivem ou convivem neste território. O curso aconteceu em dois módulos, com cinco encontros em cada um deles e atendeu uma média de 35 participantes por encontro.

O tema central do curso foi Racismo, Juventudes, Guerra às Drogas e Violência Armada nas Favelas. Tivemos a participação de dezesseis palestrantes convidados, entre profissionais da área, intelectuais do campo acadêmico, ativistas e moradores da Maré. É importante ressaltar que a temática abordada nos encontros do curso foi atravessada pelos desafios colocados por um ano de enfrentamento à covid-19 e as intercessões entre a pandemia e a política de segurança pública nas favelas e territórios populares.

PREFÁCIO

Por Vera Malaguti Batista

Cientista política e social. Pós-Doutora em Saúde Coletiva pelo Instituto de Medicina Social (IMS) da UERJ. Pós-Doutora (2009) em Saúde Coletiva pelo Instituto de Medicina Social (IMS) da UERJ. Secretária-Geral do Instituto Carioca de Criminologia e Diretora da Revista Discursos Sediciosos – Crime, Direito e Sociedade.

Esse conjunto de textos/depoimentos sobre o enfrentamento da violência cotidiana na comunidade da Maré é bem elucidativo dos problemas decorrentes do próprio conceito de Segurança Pública. O período de transição democrática no Brasil, a partir dos anos oitenta, conjugou dois fatores importantes para analisarmos essa questão: o primeiro seria a escalada da Guerra às Drogas, imposta pelos Estados Unidos para a América Latina como um todo, e o segundo seria a crescente obsessão pela "segurança pública" que vai condensando no medo do crime toda a insegurança decorrente do desmonte social realizado pelo neoliberalismo. Loïc Wacquant nos demonstrou, nos anos 90, como a partir dos Estados Unidos forjou-se um paradigma de desconstrução do Estado Previdenciário e uma expansão sem precedentes do que ele chamou de Estado Penal. Ele apontou também como as populações pobres deixam de ser atendidas socialmente pelo Estado e passam a ser criminalizadas por inúmeras redes do sistema penal. É claro que esse gigantesco processo de criminalização incide seletivamente na população afro-americana e latina que vai superlotar as prisões, constituindo aquilo que denominamos de Grande Encarceramento.

Este processo vai ser exportado para a América Latina como um todo. Se as décadas de oitenta e noventa ficaram conhecidas no continente como décadas perdidas, sua contrapartida vai ser o recrutamento da juventude popular no brutalizado mercado do comércio varejista de substâncias ilícitas. Essa política criminal de drogas (com derramamento de sangue) nos foi imposta no auge da ditadura e persiste cinquenta anos depois sem ter cumprido nenhuma de suas promessas: não diminuiu a produção, a comercialização e nem o consumo daquelas mercadorias. A pergunta que paira no ar é: para que serve então essa política aparentemente falida? Falida nos seus objetivos explícitos ela é um sucesso no controle brutal das populações jovens e pretas que habitam a periferia das nossas cidades.

> A construção do estereótipo do "traficante" produziu aquilo que denominei de constituição do sujeito matável. Em torno do jovem preto e favelado reproduziu-se um cenário muito familiar na nossa história de extermínio dos povos originários e da truculência letal do escravismo.

A verdade é que a memória das nossas elites sempre naturalizou a violência contra essas populações. A Guerra contra as Drogas atualizou essa tradição genocida e pudemos assistir, na saída da ditadura, a passagem da resistência à truculência policial para sua naturalização e agora ao seu aplauso. O massacre policial de 28 jovens no Jacarezinho aumentou os índices de popularidade do governador do Rio de Janeiro.

O papel da grande mídia corporativa foi fundamental nesse processo de interiorização e normalização dos constantes ataques militarizados que nossas favelas têm sofrido. Por um lado, observamos a escalada dessa guerra com novas tecnologias e técnicas de combate, e, por outro, cada dia mais presente uma adesão subjetiva à barbárie. Ou seja , quanto mais se mata, maior a indiferença generali-

zada, desde que os mortos estejam associados ao tráfico e mesmo que essas operações de guerra não produzam nenhum efeito no mercado de substâncias ilícitas.

O Rio de Janeiro tem sido um laboratório de políticas de Segurança Pública. Há alguns anos, Nilo Batista nos propôs uma criminologia sem segurança pública, questionando o seu próprio sentido. Ele nos alertou para o fracasso da segurança como bem jurídico e a sua expansão às custas das garantias individuais ou da segurança individual. Ainda nos anos noventa, o grande Joel Rufino dos Santos repelia a declaração por setores da esquerda de que esse campo não tinha políticas de segurança pública. Esse grande intelectual brasileiro afirmava que a esquerda tinha que ter políticas de direitos e não de segurança. Alessandro Baratta já nos havia ensinado que o problema não é o direito à segurança, mas sim a segurança dos direitos. Falta ao campo político popular brasileiro a consciência e a coragem de limitar a expansão do conceito e das políticas de segurança pública. Existe hoje no movimento negro dos Estados Unidos e da Europa uma discussão sobre o desmantelamento das instituições policiais por sua histórica seletividade letal contra os afrodescedentes. Esse debate nem circula no Brasil, tomado sempre por discussões sobre novos projetos, como foi a desastrosa iniciativa das UPPs.

Na realidade, existe uma relação macrossociológica entre o contexto econômico e os projetos de democracia e reforma do Estado; a Segurança Pública é hoje muito mais um mercado do que uma política pública. Cristina Zackseski aponta como esse processo se deu na América Latina como um todo, ao comparar nossa realidade com a do México. Lá, como aqui, os anos noventa produziam novas demandas por todos os tipos de segurança, agora acrescidos de novos discursos: seguranças comunitárias, cidadãs, humanas etc. Lá, como aqui, os resultados são milhares de mortos sempre justificados por estarem associados ao "narcotráfico". Um dos mais marcantes exemplos disso aconteceu aqui no Rio de Janeiro no ano de 2018, quando o governo espúrio de Temer realizou mais uma grandiosa intervenção das Forças Armadas na segurança pública: foram 1 500 mortos "em confronto" com as forças da ordem e o simbólico assassinato de Marielle Franco, em pleno centro da cidade, marcando então a ascensão da truculência fascista que hoje governa o Brasil.

Podemos ver, nos depoimentos de moradores neste caderno, os efeitos dessas políticas de Segurança Pública. Para além dos mortos e feridos e do medo constante, assistimos às operações policiais que interrompem os serviços de saúde e educação, expondo nossas crianças às balas perdidas e suspendendo atividades como a de vacinação contra a covid-19. Um dos depoimentos nos fala das "regras do jogo" tão desfavoráveis aos moradores dessa histórica comunidade. A Redes da Maré convocou crianças a escreverem sobre seu cotidiano de guerra, pontuado por operações policiais. "Para além da negação direta ao direito à vida pela morte, a militarização do cotidiano também repercute no adoecimento físico e mental da população". Repercute também na vitalidade econômica presente no lugar, que faz a arte de transformar estratégias de sobrevivência em novos e vibrantes projetos e economias solidárias.

Esse frutuoso debate nos incita a adensar nossas críticas e resistências ao conceito de Segurança Pública na direção de formas locais e horizontais de convivência e superação de situações problemáticas e violentas. A criatividade, a capacidade e a engenhosidade de nosso povo para construir seu presente e futuro nos indicam que isso não só é possível, como urgente e necessário.

EU NUNCA VOU ESQUECER DO LUGAR ONDE NASCI[1]

Por Fagner França

Artista visual e formado pela Escola de Fotógrafos Populares, criada pelo fotógrafo João Roberto Ripper. Iniciou os estudos em fotografia em 2004 com o projeto Mão na Lata. Cria da Maré, atua desde 2011 como professor de fotografia pinhole no grupo Mão na Lata, para crianças e adolescentes. Coordenou um grupo de jovens na Escola de Cinema Olhares da Maré e atualmente desenvolve um trabalho de arte handle.

Desde criança, nunca gostei da polícia. Nem tinha como aprovar as ações que desde sempre tiveram dentro da favela onde moro. Sou cria da Maré, e nunca me senti protegido por tais representantes do Estado, nem dentro, muito menos fora da comunidade.

Hoje cedo, fui abordado mais uma vez de forma truculenta, e a resposta para a abordagem foi que havia uma moto preta efetuando assaltos pela linha vermelha.

Quando disse onde morava, um policial fuçou minha mochila na certeza de encontrar algo ilegal, até minha comida ele revirou. Enquanto isso, o outro pesquisava meu nome e de meu sobrinho no sistema.

A cor da minha pele foi vista antes da cor da minha moto, e não tenho dúvida que essa não foi minha última abordagem policial.

O medo permanece e se externa ao meu corpo com tremores, meu sobrinho chorou no caminho desabafando. A mão armada do estado não me ofereceu segurança nunca, pelo contrário, me causa o medo da morte, que jamais será desconstituído por aqueles que confundem guarda chuva, furadeira ou qualquer objeto.

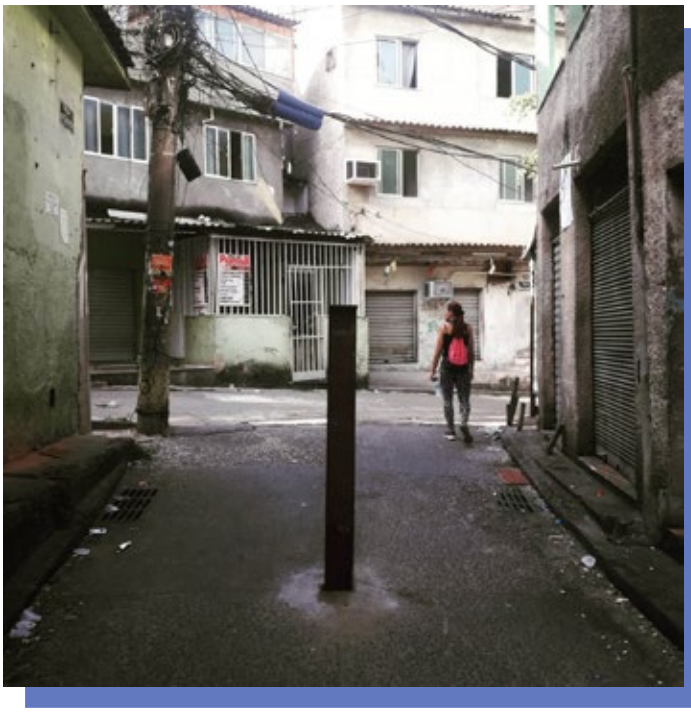
“Escuta esse barulho pai, é tiro de novo né! Caramba não vai ter aula!”

Lágrimas descendo do rosto.

Essa é minha filha, mais uma pessoa com a rotina alterada pelas operações policiais na Maré. Já não bastou uma noite inteira de confronto e um céu cheio de estrelas vermelhas. Nesta manhã, somos iluminados por um sol de farda escura.

Quantas casas entrei pra sair e quantas casas vou ter que entrar pra voltar.

1 “Eu nunca vou esquecer o lugar onde nasci” faz parte de uma coleção de fotografias compostas durante os percursos naturais e fotográficos de Fagner França na Maré. As imagens fazem parte do acervo pessoal do artista.



Uma operação policial não pode se transformar em parte da rotina de um morador de favela, não podemos normalizar a violência de forma alguma. Entretanto, diariamente vemos para onde são destinadas as incursões do Estado, cada dia mais violentas.

Vinte e oito anos morando em favela, naturalmente construí um ciclo de amizades enquanto me refugiava para não ser alvejado. Quando menos esperava uma porta abria: “entra aqui garoto!”

Dona Dalva, Seu Roberto, Xodó Pagodeiro e Ivan, que conserta geladeira, nunca fecharam a porta pra mim. Outros que passei a conhecer nesse mesmo processo de cuidado com a vida sempre oferecem café, pão ou bolo, pra acalmar junto com uma conversa em meio aos estrondos, como se fossem pancadas de chuvas forte no verão, que fazem a gente se esconder no banheiro, embaixo da cama ou em lugares impossíveis de se pensar numa brincadeira de pique-esconde.

Outro dia, me emocionei num enquadro, quando ouvi do outro lado, num grito desesperado: “meu filho não!” Nem era minha mãe, mas naquele momento a Maré subiu, Dona Glória, que me viu nascer, já veio com um café forte amargo na mão e disse: “os homi falaram que não é ele, não...”

Dessa vez, perceberam antes do: “pior que não era ele, não”. Mas as balas aqui não têm direção e muitas vezes tive de chorar pela morte de um amigo irmão.

OPERAÇÕES POLICIAIS NA FAVELA – SERIA O TIRO MAIS LETAL QUE O VÍRUS?

2

Por Ana Paula Godoi Medrado

Moradora da Maré, publicitária, cursando MBA em Data Science e Analytics na USP e Gestora das Mídias Sociais da Redes da Maré. Faz parte da Assembleia Consultiva da Ecos do Futuro e já atuou em agências de publicidade e em uma empresa de tecnologia no segmento de Computação em Nuvem.

Com a pandemia, a minha indignação com a crueldade das operações policiais na favela aumentou. Quando penso nessas intervenções no meu território em um cenário de hospitais lotados devido à maior crise sanitária em 100 anos, vejo que a luta pela vida das pessoas que moram na Maré torna-se ainda mais desafiadora. Se há um obstáculo letal, que pode inclusive invadir seu lar e te matar dentro de casa, ambiente que deveria ser considerado seguro, sair nas ruas para procurar ajuda em casos graves de Covid-19 não é uma opção viável diante destas intervenções.

Inclusive, em um desses confrontos, acredito que a minha família possa ter se contaminado pelo Coronavírus. Moro no Parque União, uma das 16 favelas da Maré, no terceiro andar de um prédio familiar. No momento em que começou o tiroteio e o helicóptero sobrevoava minha casa, o barulho e o medo de sermos alvejadas tornou-se tão intenso que eu, minha mãe e irmã, descemos para nos abrigar na casa da minha avó, que mora no meio do prédio, o que nos dá mais segurança. Ficamos no chão do quarto da minha tia que fica nos fundos, longe da janela e de frente para a rua.

No início de dezembro de 2020, minha mãe tinha testado positivo para a covid-19 e estávamos seguindo com o nosso isolamento social, evitando contato com os outros parentes. Porém, em uma dessas atividades policiais - como de costume - minha irmã desceu para se proteger, lembrei a ela que poderíamos estar contaminadas também e ela pegou uma máscara para tentar impedir a transmissão do coronavírus. Após uns dias, minha avó ficou indisposta e o pior se confirmou: ela teve uma forma grave da doença, a ponto de ser intubada. E meu avô, que já estava muito debilitado de saúde desde o início do ano, faleceu no dia 24 de dezembro, véspera de Natal. Não sabemos se foi o vírus, pois seu teste deu negativo.

Foi um período muito doloroso para a minha família, procurei combater o sentimento de que pudesse haver alguma culpa da nossa parte, porque quando lembro desses momentos de atividades policiais, percebo como os nossos corpos reagem de forma automática, pois descemos as escadas correndo e preocupadas. Minhas tias e minha avó, muito antes de batermos na porta, também já estavam acordadas abrindo para que a gente pudesse entrar. Assim como o nosso instinto de se proteger é grande, o da minha avó e da minha tia de nos abrigar é enorme, pois antes de batermos na porta, elas já nos abriram a casa. É tudo tão rápido e dinâmico que parece uma dança caótica ensaiada que repetimos mais uma vez, mesmo não querendo repeti-la. E esse é o tipo de cicatriz tão sutil e imperceptível, que talvez se eu não procurasse refletir, simplesmente não perceberia como reajo nesses momentos.

As balas nas casas são como essas mesmas cicatrizes, só que visíveis. Diferente de machucados que criam cascas e saram, às vezes elas levam vidas e nos deixam marcas cada vez mais profundas de um Estado que nos negligencia em muitos aspectos. Esse mesmo governo

que deveria nos oferecer segurança também não respeita uma liminar do Supremo Tribunal Federal que proíbe operações policiais na pandemia, já que essas incursões representam também um perigo à vida dos moradores. As forças de segurança entram na favela de forma abrupta, mesmo em uma pandemia, sem aviso, ambulância ou respeito por nossas vidas.

A última operação policial que presenciei durou 26 horas e começou por volta das 15 horas do dia 16 de julho de 2021. Ela foi tão repentina e violenta que minha tia não conseguiu fechar a janela da sala. A sensação que eu tive foi como se a polícia tivesse surgido de paraquedas ali na minha rua, com o helicóptero chegando cada vez mais perto das casas. Passado um pouco o susto inicial, começamos a informar e localizar a família, e o medo passou a ser pela volta de um de nós do trabalho, da segurança da minha tia que tem uma creche na esquina e precisa manter os bebês calmos e protegê-los, da gente conseguir se comunicar e monitorar o grupo da família. Olhamos as redes sociais, vimos as postagens das pessoas e de instituições como a Redes da Maré, que apura e informa o que está acontecendo, que colhe relatos e acolhe um pouco da angústia dessas pessoas, assim como procura entender com as instituições do poder público o motivo e o tempo que deve durar a ação policial.

Nessas horas, penso nos serviços de saúde interrompidos, nas escolas, nas crianças que brincavam na rua e nas pessoas que, como de costume na favela, têm o hábito de ficar na porta de suas casas, já que aqui a rua é como se fosse um quintal. Também lembro de quem estava ansioso para se vacinar contra a covid-19 e não pôde, assim como das atividades mais básicas e cotidianas como a ida ao mercado, o estudo, as tarefas domésticas e o lazer sendo suprimidos. A gente para a nossa vida e eu só tenho um desejo nesse momento: que ela não seja interrompida de vez.

A cada acontecimento como este, parece que novos elementos são somados, como os cães farejadores transitando pela rua a madrugada toda, algo que antes dificilmente se via em operações policiais. Durante a entrada nas casas, me pergunto se caso um desses policiais entre na minha casa ele vai ter algum olhar estigmatizado sobre os meus pertences. Instala-se um terror psicológico ao pensar em tantas questões mesmo antes do fato se concretizar. Mando mensagem para a vizinha e checo se está tudo bem, se é que alguém consegue ficar bem nesses momentos.

Acredito que o mais triste é entender que é uma prática sem fim, algo tido como normal que irá acontecer de tempos em tempos e que faz parte de uma realidade aparentemente imutável, fruto de um determinismo social. Mas quem é que poderia determinar uma atrocidade como forma de enfrentamento? Pior, como toleramos isso? Por isso, um plano de redução da letalidade é primordial para o Rio de Janeiro, porque deveria ser inegociável pensar a questão do ponto de vista de quem sofre. Vivemos apesar da violência e não queremos ter que viver com ela atravessando nossas lembranças. Em alguns casos, infelizmente, ela é protagonista de uma dor inconcebível: a da perda.

A primeira vez que eu vi um caveirão na favela, eu tinha 12 anos de idade. Estava com a minha irmã de 6 anos e me recordo vivamente dela falar "caveirão" gaguejando, quando o vimos passar lentamente tão pertinho da gente. Será que todas as crianças do Rio de Janeiro já sabem desde a infância que aquele carro pode matá-las? Outras como eu, com 12 anos, precisam pensar em táticas e resgatar na memória quais são as opções para se proteger? As estratégias já conhecemos desde criança: podemos nos abrigar em algum lugar, e se estivermos no meio da rua, temos que nos jogar no chão, mas correr não é uma opção, porque essa pode ser considerada uma atividade suspeita e representar um risco de ser alvejado. Este foi um marco na minha infância, onde eu comecei a entender que eu vivo em um mundo diferente de muitas outras crianças e pré-adolescentes que não precisam refletir sobre esses assuntos.

Não é que moradores de favela não pensem também na vulnerabilidade dos agentes, mas a questão é que o morador que não possui proteção como colete ou armamento, até porque só iria contribuir para mais violência por reforçar o estereótipo de que todo morador tem envolvimento com os grupos armados que dominam o território. Os agentes de segurança pública, além de disporem de mecanismos de proteção, deviam ter sua atuação respaldada em um planejamento que evite ao máximo a letalidade dos membros das corporações, dos moradores e dos sujeitos envolvidos com atividades ilícitas, pois é uma política de segurança pública que deveria prezar pela vida.

Acredito que seja comum - principalmente para pessoas de fora da favela - levantarem a questão da segurança dos policiais. O morador não é visto como a vítima, que está no meio desse tiroteio de forma literal e figurativa, mas é alvo também da atuação policial. Eu vi a minha graduação, meu trabalho e os meus estudos complementares - como cursos relacionados à minha profissão e de inglês - serem completamente afetados. Assim, até a luta por melhores condições de vida e de trabalho é dificultada por essa violência de Estado, que nos afeta material e psicologicamente. Isso coloca em xeque a suposta meritocracia que a sociedade prega, como se apenas o esforço bastasse para mudar a realidade, ignorando as violências vivenciadas por parte da população.

Em 2019, eu concluí a universidade em um período muito turbulento, com uma média de 2 operações policiais por semana. Além das preocupações de dar conta de tudo, sobre uma possível efetivação no estágio, esses constantes desrespeitos só complicam ainda mais a vida de pessoas de favela que já lutam para acessar espaços que não são pensados para que elas ocupem.

Falar sobre isso é tido como tabu e incômodo para muita gente. As pessoas lamentam, se silenciam e há quem queria conversar a respeito, ou procuram, acredito até que com as melhores intenções, propor soluções como: por que você não sai da favela? Essa frase foi dita para mim em um dia em que estava contando que consegui sair de casa em meio a uma operação policial para chegar ao curso, quando expliquei o porquê de estar atrasada e chegando no intervalo do curso. Eu queria ter dito para essa pessoa que eu gostaria que tantas pessoas não passassem suas vidas precisando lutar para sair da favela, o lugar em que seus pais cresceram, ao qual você pertence e tem tanta influência na sua existência. Gostaria inclusive que as pessoas tivessem a liberdade de sair da favela se assim quisessem e não como uma lógica de sobrevivência social, mas a própria ausência de segurança pública implica que as pessoas queiram ter melhores recursos financeiros para isso.

Uma pergunta que deixamos de fazer também é: onde vamos "colocar" esse povo todo se estimularmos que eles saiam de suas casas? O sistema faz pessoas acreditarem que a solução

para uma questão de segurança pública é que elas saiam da favela em meio a um déficit habitacional.

Isso demonstra como o racismo estrutural torna esse discurso desonesto, porque diante da crescente desigualdade social e racial essa conta não fecha. O mesmo sistema que diz que a solução é acabar com as favelas, locais de resistência negra na cidade, dificulta a mobilidade social dessas pessoas.

O que me chateia é essa barreira invisível que separa as nossas vidas. Enquanto uns podem ser livres para estudarem e serem apenas médicos, advogados ou engenheiros, a nossa luta para alcançar esses espaços é por sobrevivência por conta desses desafios. Enquanto a sociedade olhar a favela com esse viés de combate, ela continuará a validar todas essas agressões. Em um mundo pós-pandêmico em que ansiamos pela normalidade e pensamos em um "novo normal", acredito que em meio a tantos retrocessos como o aumento de pessoas em situação de extrema vulnerabilidade alimentar, ou com dificuldade de acessar a educação, reforço que a política de segurança pública não pode ser mais um desses mecanismos de violação, porque em meio a tantas fragilidades, esta se instaura por uma lógica de pensamento genocida.

A favela é o coração da cidade. A Maré, por exemplo, atravessa as três principais vias expressas do Rio de Janeiro. Exportamos mão de obra (termo que o mercado de trabalho gosta de usar ao invés de pessoas) para as mais variadas áreas e serviços. Em alguns casos de operações policiais, essas vias ficam paradas, interrompendo todo um fluxo de pessoas que moram na Maré e/ou querem voltar para suas casas na Zona Norte, na Zona Oeste e na Baixada. Se quisermos uma cidade menos violenta, precisamos repensar os aspectos sociais que norteiam a favela, como essa invisibilização de problemas históricos e estruturais. Gostaria que as pessoas de fora da favela pensassem sobre o incômodo que sentem em falar sobre isso, mas também pensassem em quem vive esta realidade.

Eu evito pensar na morte, porque ela é a interrupção da vida e eu não quero pensar que a minha vida pode ser em vão e esvaziada dessa forma, em meio a tanto esforço, o tanto que já fiz, posso e quero realizar. Não quero ter que viver com o medo de perder alguém querido, ou algum conhecido. Penso que isso é uma "morte em vida".

Ao mesmo tempo em que procuramos não pensar apenas nessa escassez programada, é também na dor e no coletivo que eu encontro o poder de cura. A favela se une e se protege, compartilha informações, cuida das crianças e dos idosos e compartilha dessa dor, que muitas vezes não dói exatamente na gente, mas é sentida e compartilhada. É inconcebível viver em um mundo em que uma mãe precisa enterrar seu filho por essas questões que são fruto de uma má gestão, de um pensar político que nos vê como menos humanos. Eu quero deixar de falar sobre violência, pois já se percebe a criatividade, proatividade e a realização de sonhos em meio a esses desafios. Adoraria poder ver o que realizaremos ainda mais, sem essas amarras limitando a nossa potência e os nossos corpos. Sem que as regras do jogo fossem tão desfavoráveis pra gente.

ENSINO DE DANÇA E SEGURANÇA PÚBLICA: CONEXÕES POSSÍVEIS NA ESCOLA LIVRE DE DANÇA DA MARÉ

3

Por Gabriel Lima

Gabriel Lima, 32 anos, coordenador da Escola Livre de Dança da Maré. Professor Licenciado em Dança e Mestrando em Dança pela UFRJ. Atua como professor de dança afro-brasileira desde 2016. É morador da Pavuna e curioso pelos temas que envolvem corpo, raça, gênero e racismo.

Eu era o único professor negro na ELDM naquele momento e, ainda por cima, falando de um assunto que sempre afasta as pessoas: dança afro. Com tambores, cantigas, tudo que leva ao racismo, ao racismo religioso, ainda que não houvesse em minhas aulas nenhuma correlação com as religiões de matriz africana. Já na minha chegada, percebi que minha estada na Maré seria feita de confrontos e aprendizados.

Eu venho também de um território favelado, como a Maré. Moro na Pavuna, bem no meio de duas subidas para o Morro da Pedreira. Minha vivência da favela sempre foi a do asfalto. Eu nunca subi o morro, não há venda ilegal de drogas próximo da minha casa, não vejo grupos armados no meu dia a dia, ainda que esteja sujeito às privações e estigmas de morar na periferia. Minha realidade periférica ganhou novas nuances quando cheguei à Maré. Nos meus primeiros anos trabalhando no CAM, que fica bem próximo da Avenida Brasil, não precisei adentrar a Maré. Mas em 2018, minha dinâmica no território mudou. Comecei a fazer a coordenação da ELDM e, como coordenador de projeto, ganhei outras responsabilidades, que incluíam maior circulação pelo território.

Lembro da minha primeira entrada "mais profunda" na Maré, em meados de 2018. Com instruções sobre como chegar no prédio central da Redes da Maré, entrei pela Rua Sargento Silva Nunes, a partir da Avenida Brasil. Alguns metros à frente, avisto grupos armados. A onda de medo e ansiedade ao ver pessoas portando armamento pesado foi enorme. Segui para o prédio da Redes. Ao sair, me deparei com a mesma cena, agora um pouco mais "acostumado". Ninguém falou comigo ou me indagou sobre para onde eu ia. Nada. Maior do que aquilo que eu entendia como ameaça, era o meu medo em estar numa situação absolutamente nova para mim. Saí da favela. Cheguei na Avenida Brasil.

Imediatamente ao alcançar a avenida, me deparei com um carro da polícia. Ao me avistarem, dois policiais me abordaram. Perguntaram de onde eu vinha, para onde eu ia. Revistaram minha mochila, me colocaram apoiado no camburão para me revistarem. Foram racistas ao verem produtos para meu cabelo afro na minha mochila. Após a revista e convencidos de que eu não era usuário ou traficante de drogas, me deixaram ir. Essa foi só a primeira de diversas abordagens policiais às quais fui submetido nos seis anos em que estive na Escola Livre de Dança da Maré. Relato isso aqui para que você que me lê saiba um pouco de onde venho e de onde falo.

Enquanto coordenador da ELDM, uma de minhas responsabilidades era pensar as atividades para a Escola. Muito estimulado à época pela coordenadora do então eixo de Arte e Cultura, Isabella Porto, comecei a cultivar uma aproximação com o eixo Direito à Segurança Pública e Acesso à Justiça. Aproximar a ELDM deste eixo era uma missão que começaria a ser cumprida naquele ano de 2018, através do

Núcleo 2 em conversa com Shyrlei Rosendo - Dezembro de 2018 Foto: Gabriel Lima

Núcleo de Formação Intensiva em Dança, o Núcleo 2. Este grupo, formado por jovens entre 14 e 24 anos, realiza uma formação intensiva em dança contemporânea na ELDM, tendo aulas diárias no Centro de Artes da Maré[2]. Ter o eixo Segurança Pública mais próximo foi uma oportunidade para que pudéssemos incorporar diferentes temas do cotidiano à formação oferecida aos jovens. Além disso, era perceptível na rotina do Núcleo 2 que discutir segurança pública era um desejo dos jovens.

Em 12 de dezembro de 2018, tivemos o primeiro encontro do Núcleo 2 com o eixo. Os jovens foram estimulados a pensar sobre o que entendiam por segurança pública, sobre o que era juventude para eles e sobre como era ser jovem na favela. Este primeiro encontro abriu as portas para que pudéssemos ter uma série de outras conversas muito importantes para a Escola Livre de Dança da Maré e para o Núcleo 2.

Particularmente, vi naquele encontro uma conexão que para mim não tinha precedentes. Eu já vinha estudando dança há muitos anos, em muitos lugares diferentes, mas em nenhum momento da minha formação eu havia tido a oportunidade de pensar sobre outras questões que também atravessassem o corpo que dança. Ali, na Escola Livre de Dança da Maré, que foi minha primeira experiência profissional enquanto docente de dança, eu via algo inédito acontecer e tinha certeza de que mudaria muito a forma como aqueles jovens viam seus corpos e suas danças.

A partir do encontro, demos início a uma parceria muito importante, tanto no campo profissional, quanto no pessoal. Ao longo dos anos, muitas situações referentes à segurança pública se colocaram diante de nós. Inúmeras.

Ter os espaços de encontro do Núcleo 2 com o eixo DSPAJ foi de extrema importância para dar meios para que aquelas/es jovens que estiveram na ELDM naqueles momentos pudessem exteriorizar de alguma forma seus anseios, medos, incômodos. Na mesma medida, os encontros sempre tiveram um caráter formativo também, dando ferramentas para que aquelas/es jovens pudessem melhor elaborar as questões de segurança pública, em especial em territórios favelados, e como elas as/os afetavam. Entender racismo estrutural, por exemplo, foi algo de grande importância dentro do contexto dos encontros, uma vez que é sempre significativo o número de estudantes pretos na ELDM. Operações policiais na Maré, que impediam as aulas, conflitos armados no meio da tarde, assassinatos da população preta carioca em diversos bairros. Nada passou despercebido quando no assunto da segurança pública.

O Núcleo 2, em condições normais de atividades, tem 3 horas de aulas por dia, de segunda a sexta, com aulas de dança contemporânea, balé clássico, workshops com artistas convidados, contato estreito com a LRCD, além dos alunos de receberem uma bolsa em dinheiro para ajudar seus estudos na ELDM.

Em 13 de março de 2019, tivemos o segundo encontro com o eixo de Segurança Pública. Neste encontro, os jovens tiveram a oportunidade de conversar a partir dos dados do Boletim Direito à Segurança Pública de 2018 e discutir como aqueles dados os impactavam. O encontro contou com a realização de dinâmicas onde os jovens puderam, de forma lúdica, pensar sobre privilégios. Desse encontro saiu a provocação "o que é segurança pública para você e como ela afeta o seu direito à arte?". A partir desta provocação, os jovens foram estimulados a escrever sobre o que sentiam em relação a esse tema, que tanto afeta suas vidas. Os relatos produzidos estão espalhados ao longo deste texto, que é escrito, portanto, a várias mãos.

Várias situações que colocaram a segurança pública na Maré em pauta ocorreram ao longo do período compreendido entre 2018 e 2021, o tempo em que estive à frente da coordenação da ELDM. Destaco aqui a Ação Civil Pública -

O Rio de Janeiro e suas zonas têm um enorme tráfego de pessoas. Como morador do velho oeste carioca, ou seja, a Zona Oeste do Rio de Janeiro, e dançarino na Escola Livre de Dança da Maré, me vejo transitando por duas diferentes periferias e suas distintas realidades, onde o ponto comum, infelizmente, é a segurança pública precária que se retrata num triste quadro de abandono social, onde, ao invés de nos sentirmos acolhidos e confortáveis por andarmos na rua por onde passamos, acabamos tomados pelo medo, levando à seguinte pergunta: será que eu vou voltar?

Vivemos no país onde existe a cultura do estupro, a cultura do genocídio, a cultura do machismo, do feminicídio e até da homofobia e mesmo assim a arte que retrata relatos reais do cotidiano da favela não é vista ou reconhecida. Jovens estão sendo mortos na porta de suas casas com uniformes da escola, famílias sendo assassinadas sem terem direito de voz e onde está o culpado?

Quando comprovado que a bala que matou um morador de favela inocente foi de PM "fulano de tal", ele logo nega, dizendo que não foi ele. Vivemos em uma grande pátria dos incidentes onde ninguém é culpado e onde quem morre vira um número na estática da Anistia Internacional e mais um nome a ser gritado na rua e a estampar o jornal. MORREU MAIS UM NEGRO.

FREDERICK ASSIS aluno do núcleo de formação em dança da ELDM em 2019

Núcleo 2 em conversa com o eixo Direito à Segurança Pública e Acesso à Justiça - Março de 2019
Foto: Gabriel Lima

ACP da Maré e sua suspensão, em 2019. Como resposta à suspensão de tão importante instrumento para a proteção de territórios favelados contra a truculência das operações policiais, a Redes da Maré convocou alunos de escolas públicas da região e beneficiários dos projetos da instituição para a escrita de cartas a serem entregues para o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ). Nas cartas, as crianças e jovens relataram como era a vida na Maré em dias de operação policial, destacando a importância da ACP da Maré. O Núcleo 2 foi convidado a participar da escrita das cartas e, em 28 de agosto de 2019, participou de uma conversa com a Associação de Juízes para a Democracia. Nesse encontro, que ocorreu no Centro de Artes da Maré, aconteceu a discussão dos processos relacionados à ACP da Maré, a mobilização dos moradores e a entrega das 1509 cartas feitas por eles para o TJRJ.

Neste momento, a conexão da ELDM com o eixo de segurança pública já estava consolidada e passamos a fazer parte dos convites do eixo para suas atividades. Em 2020, já dentro da programação do Curso Falando Sobre Segurança Pública na Maré, tivemos um único encontro antes do início da pandemia de covid-19. Não conseguimos prosseguir com os encontros devido ao isolamento social imposto pela pandemia, mas naquele momento já era um desejo ter as produções nascidas no encontro registradas, fato que se realiza nesta publicação.

Os encontros puderam ser retomados em 2021, de maneira remota. Nesta retomada, e agora em contato com pessoas de diferentes partes do Rio de Janeiro e do país, o Núcleo 2 pôde continuar as discussões sobre segurança pública, racismo e violência policial. Mais uma vez foi aberto espaço para a colocação individual sobre as questões de cada participante sobre o tema, bem como foi dada a oportunidade de diferentes vozes serem ouvidas.

TE FAZ SENTIR
TE FAZ TREMER
TE FAZ TER MEDO DO QUE DEVERIA AGRADECER
NÃO DEVERIA SER NORMAL
MAS ACONTECE COM FREQUÊNCIA
O QUE TORNA BANAL
PESSOAS VÃO E VÊM
DURANTE CONFRONTO, TIROS E REFÉNS
DIA SEGUINTE, TUDO NORMAL
COMO EU DISSE, SE TORNOU BANAL
UMA VIDA AQUI, OUTRA ALI
TANTO FAZ, O QUE IMPORTA É EU NÃO ME FERIR
"SEJA NA FAVELA OU NO ASFALTO"
MAS SABEMOS QUE É SEMPRE NA FAVELA, NÉ?
DIZ NÃO TER CLASSE, COR
MAS SABEMOS QUE É SEMPRE O NEGRO E POBRE, NÉ?
ERA PARA TE MANTER SEGURO
MAS TE FAZ SE SENTIR INSEGURO
SEGURANÇA: UMA PROTEÇÃO
INSEGURANÇA: O QUE NOS CAUSA A DECEPÇÃO

YASMIN OLIVEIRA Aluna do Núcleo de Formação em Dança da ELDM em 2019

Todos os dias, quando saio de casa, minha mãe pergunta para onde eu vou e que horas eu irei voltar. Muitas vezes fui pega de surpresa na rua, porque o caveirão entrou do nada na comunidade. Já fiquei trancada em salão, supermercado e preocupada com os meus familiares, pensando se estavam em casa ou não.

Que horas irei chegar em casa novamente? Será que irei chegar em casa novamente? Até quando isso vai durar?

Tanta coisa pra ser discutida e resolvida e vocês preocupados de onde que veio a bala.

AMANDA BEATRIZ Aluna do Núcleo de Formação em Dança da ELDM em 2019

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conexão que vem sendo estabelecida entre a Escola Livre de Dança da Maré e o eixo Direito à Segurança Pública e Acesso à Justiça vem se mostrando uma poderosa ferramenta educativa dentro da formação em dança oferecida pela ELDM. Ter diferentes formas de entender o corpo que dança e que está à mercê da violência e da falta de segurança pública vem se tornando um traço muito positivo nas práticas da escola. Com essa conexão entre esses dois diferentes eixos da Redes da Maré , Segurança Pública e Arte, Cultura, Memórias e Identidades, conseguimos acessar nossos alunos e alunas de mais formas, dando um caráter ainda mais integrado à formação e possibilitando novos encontros e atravessamentos para os jovens que passam pela ELDM. Essa conexão entre os eixos reverbera de modo positivo quando temos os jovens participando e produzindo materiais (escritos, falados, de dança...) que dialogam com seus incômodos e questões e que têm nos encontros com o eixo de DSPAJ um lugar de articulação e possibilidades ampliados.

Núcleo 2 em conversa com Associação de Juízes para a Democracia - Agosto de 2019 Foto: Gabriel Lima

EM BUSCA DA DECOLONIALIDADE: UMA LUTA PELA EXISTÊNCIA

4

Por Joelma Sousa dos Santos

Cria da Favela Maré, Coordenadora da Redes da Maré, Especialização Saúde/Questão Racial - Escola Sérgio Arouca - Ficocruz, Pós graduanda Urbanismo Social, Politicas Públicas e sociedade Insper, Cursista Movimento Periferia Zumbi - Negro Brasileiro, Assitente Social - Formada pela Escola de Serviço Social UFRJ, Educadora Social e Ativista na luta contra o colonialismo.

A proposta desse texto é possibilitar a reflexão sobre a colonialidade dos espaços de favelas e periferias, algo que transcende as particularidades do colonialismo histórico e que não desapareceu com a independência ou processo de descolonização. Tentarei explicar porque a colonialidade é a continuidade das formas coloniais de dominação e exploração, sendo a segregação racial e a criminalização dos espaços de favela e periferias uma das consequências.

Baseando-se em uma perspectiva decolonial, a antropóloga Curiel (2014) compreende que a raça e o gênero foram essenciais para a construção epistemológica moderna colonial, essas diferenciações continuam a ser produzidas na contemporaneidade, mesmo que existam narrativas de avanços dentro da suposta democracia racial e sufrágio. A consequência das opressões raciais não se dá a partir de um somatório de experiências, mas sim de um entendimento de como as categorias de raça, classe, gênero e sexualidade atravessam as nossas vidas, nossa população e territórios, sistematicamente, desde o colonialismo histórico até a colonialidade moderna, e como isso impacta pessoas que não tiveram acessos privilegiados a partir do conceito da raça, classe, gênero e sexualidade.

A perspectiva decolonial nos permite refletir e analisar a segregação espacial para além de um mecanismo e instrumento de seletividade imobiliária e de classe, pois observa-se que, como a colonialidade, está totalmente impregnada e imbricada pelos códigos de raça, classe, gênero e sexualidade. Dessa forma, não é possível falar de segregação espacial sem observá-la como resultado das tensões da interseccionalidade de raça, classe e gênero.

Não é à toa que em nosso país a história da intervenção social nas favelas cariocas confunde-se com a história da expansão do capitalismo, que tem o racismo como principal elemento de sua formação, sob um modelo urbano industrial e com a incorporação da "questão social" na agenda política do Estado. Porém, a execução dessa agenda se baseia na segregação espacial e racial. Segundo o diário O Estado São Paulo, publicado em 13 de abril de 1960, a população branca do Rio de Janeiro era de 1.660.834 e a população negra 708.459. Deste número, a população das favelas cariocas era composta por 55.436 brancos e 113.218 negros.

Ainda que a escravidão tenha sido abolida, a lógica e as formas da colonialidade continuam a todo vapor nos espaços de favela e periferias. O principal pressuposto do colonialismo histórico foi estabelecer o homem branco-cis-heterossexual como modelo a ser seguido de humano e civilizador, e tudo que está fora ou não alcança tal modelo se torna alvo de opressão, combate e violência.

Historicamente, observa-se que a sociedade brasileira foi constituída seguindo padrões eurocêntricos por meio da desumanização das pessoas negras, que se dá por diversos âmbitos, com cada operação policial, cada genocídio epistemológico, a cada intolerância religiosa, cada injuria racial, a cada ida ao shopping, supermercado, praia. A cada racismo sofrido, a nossa dignidade humana – da população negra - é ininterruptamente violentada dentro da perspectiva da colonialidade.

No Brasil, é comum vermos discursos que relativizam o racismo, ou mesmo que defendam a inexistência dele. O racismo se expressa de maneira tão perversa que alguns espaços a pauta antirracista foi apropriada pelo capitalismo, onde personalidades negras utilizam a pauta do racismo para se autopromover, impactando muitas vezes na deslegitimação da luta histórica do Movimento Negro Brasileiro e vão de encontro com a perspectiva decolonial. Dessa forma, reafirmamos a importância de compreender o racismo de maneira estrutural, em suas múltiplas dimensões.

NECROPOLÍTICA E SEGURANÇA PÚBLICA NA PERSPECTIVA COLONIAL

Segundo Fanon (2008), a primeira coisa que a população negra aprende é a manter-se no seu lugar, não ultrapassar os limites. O universo atribuído às pessoas negras foi sistematicamente condicionado pelo não negro. Afinal, vivenciamos séculos de colonização, que se perpetua pela colonialidade moderna que determina um olhar sobre o outro. Seguindo a perspectiva de Fanon, a política de segurança pública é mecanismo de intermediação entre aqueles que detêm e os que não detêm o poder. Dessa maneira, na visão do autor, os agentes da segurança pública são os algozes do regime colonial.

No dia 16 de julho de 2021, a favela Nova Holanda, Parque Rubens Vaz e Parque União vivenciaram mais de 24 horas de tensão, medo e terror, devido a uma operação policial justificada por denúncias de que ocorreria uma festa em uma escola local. Os agentes de segurança permearam o território por mais de 24h, em uma ocupação indevida. Nessa operação policial, foram utilizados helicópteros blindados e carros blindados (caveirões).

O pesquisador, filósofo e escritor camaronês Achille Mbembe (2018) traz uma reflexão do Estado em condições de soberania vertical aos campos de batalhas que não estão localizados apenas nas superfícies, se dão também no espaço aéreo transformado em uma zona de conflito. Essa é uma realidade vivenciada há décadas pelas favelas e periferias, pois a concepção do estado de exceção, a execução

e a morte se tornam um assunto de alta precisão, sendo um elemento crucial para as técnicas de mortes e de inabilitação do "inimigo" a ser combatido. No dia 6 de maio de 2021, a favela do Jacarezinho foi marcada pela violência estatal, que teve como resultado 28 pessoas mortas pelo Estado em uma operação policial. Imagens divulgadas pelas redes sociais permitiram que pudéssemos vivenciar o tamanho da violência ali executada. Uma imagem que marcou foi a de um jovem negro morto com tiro de fuzil com o dedo na boca. Fica evidente para nós, que a supremacia branca da sociedade brasileira tem na violência sua principal sustentação.

Carolina Maria de Jesus (1960), em seu livro Quarto de despejo, retrata como era a vida na favela, um terrível testemunho de seu cotidiano, um submundo habitado por homens e mulheres aos quais falta o mínimo a que têm direitos, diante de sua condição humana. Para Clovis Moura (2019), da mesma forma que se justificou a escravização por séculos, os mecanismos do Estado ainda são usados nos dias atuais para marginalizar a população negra e a condição de bárbaro, legitimando a perseguição, repressão e execução sobre seus corpos.

Há séculos, a nossa luta segue em busca de conquista pelas mesmas pautas: direito à vida,

ao emprego e busca pela dignidade. Nesse sentido, Abdias Nascimento (1978) nos deixou um legado em sua obra espetacular "Genocídio do negro brasileiro", sobre o conjunto de políticas públicas que legitimavam e escamoteavam a violência sobre nossos corpos. Costumo dizer que o medo da morte é quase certo em nossas vidas, seja de tiro, de fome, doença e tristeza. Nossa vida para a supremacia branca segue não valendo nada, graças à naturalização da morte do corpo negro, o genocídio segue a todo vapor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Li uma postagem nas redes sociais sobre um jovem negro que foi morto junto com o cavalo no qual estava montado. Os comentários demostraram o quanto a violência racista e a desumanização da população negra ecoam na narrativa do conjunto da sociedade. Ao comparar o jovem com o cavalo, ambos mortos, o discurso da rede social reforça a banalização da violência contra esse grupo populacional, de como normalizamos e nos habituamos com a violência sobre o corpo negro. Nesse sentido, dados apontam que pretos e pardos representaram, em 2018, 75,7% das vítimas de homicídios. (Atlas de Segurança Pública, 2020).

A luta pela decolonialidade é uma luta pela descolonização das mentes, instituições e sociedade. A decolonialidade tem como objetivo mudar a ordem da sociedade racista capitalista mundialmente, logo alguma desordem deverá ser instaurada como foi no episódio de repúdio à morte de George Floyde. A perpetuação do genocídio do negro brasileiro dependerá da superação da colonialidade, sendo um mecanismo de manutenção dos privilégios da supremacia branca. Para romper com essa diferença, o branco precisa se olhar no espelho e arrancar de suas entranhas a maldição que lhe acompanha há séculos, afinal o racismo não foi criado pelo povo negro. Nesse sentido, a branquitude necessita reconhecer seus privilégios, abrir mão do saber absoluto, compreender qual é o seu lugar de fala, sobretudo quando se refere às favelas e aos moradores de favela, pois historicamente os brancos têm se beneficiado do racismo e nós, negros e negras, continuamos a morrer sozinhos.

A luta pela decolonialidade é uma luta pela descolonização das mentes, instituições e sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ROQUE. Atila. Precisamos falar sobre genocídio do negro brasileiro. Nexo jornal Disponível em:<https://www.nexojornal.com.br/colunistas/2021/Precisamos-falar-sobre-o-genoc%C3%ADdio-do-negro-brasileiro?position-home=1> Acesso em: 22/09/21.

IPEA; FBSP. Atlas da Violência 2020. Disponível em: <http://ipea.gov.br/atlasviolencia/>. Acesso em: 22/09/2021.

MOURA, Clovis. Sociologia do negro brasileiro. 2°ed. São Paulo: Perspectiva, 2019.

FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. Salvador: Ed. UFBA, 2008

JESUS, Carolina Maria de. Quarto de despejo – diário de uma favelada. São Paulo: Francisco Alves, 1960.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

CURIEL, Ochy . Género, raza, sexualidad: debates contemporáneos." Colombia, Universidad del Rosario. Disponível em: < http://www. urosario. edu. co/urosario_files/1f/1f1d1951-0f7e-43ff-819f-dd05e5fed03c. pdf>. Acesso em: 22/09/2021

NASCIMENTO, Abdias. O genocídio do negro brasileiro, processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1978.

A POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA NO BANCO DOS RÉUS: QUANDO UM JULGAMENTO SIGNIFICA INCALCULÁVEIS VIDAS FAVELADAS SALVAS OU PERDIDAS

5

Por Levi Germano Batista

Morador da Maré, estudante de Direito da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e bolsista do Eixo Direito à Segurança Pública e Acesso à Justiça, da Redes da Maré.

ADPF - Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental - é um meio de provocação ao judiciário para analisar a legalidade de atos de governantes que ameacem de lesão ou lesem direito fundamental previsto na constituição e tratados internacionais que o Brasil é signatário. A ADPF 635, conhecida como ADPF das Favelas, busca apontar a ilegalidade da política de segurança pública histórica e atualmente adotada no Estado do Rio de Janeiro, marcada por elevados índices de letalidade policial, sobretudo em territórios favelados, violando direitos como a vida e a dignidade humana de uma grande parcela da sociedade. No processo, os autores da ação pedem, entre outras coisas, que o STF obrigue o Estado do Rio de Janeiro a elaborar e implementar, com ampla participação popular, um plano de redução da letalidade policial, especialmente nas favelas cariocas.

Esta ADPF certamente se inspirou na experiência da Ação Civil Pública sobre Segurança Pública na Maré, conhecida como ACP da Maré. Esta foi proposta em 2016 no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, após uma operação policial na Maré que buscava apreender um foragido da justiça. Essa intervenção policial, com grande aparato bélico, iniciou-se abruptamente no meio da tarde, no momento em que o cotidiano da favela estava intenso, com expediente escolar e funcionamento dos postos de saúde e comércio local, interrompendo o dia para milhares de pessoas. A ação foi marcada por diversas violações de direitos, pessoas feridas por arma de fogo, casas arrombadas indiscriminadamente, e quando tudo isso ia se alongando até a noite, um grupo de moradores e instituições da Maré acionou o plantão judiciário para pedir a interrupção imediata da operação policial. O pedido foi acolhido pela justiça e posteriormente a Defensoria Pública emendou uma série de outros pedidos que visavam, sobretudo, a redução de riscos e dados de operações policiais em localidades densamente populosas, como as favelas.

> Uma das medidas requeridas foi justamente a elaboração e implementação, pelo Estado, de um plano de redução de riscos e danos em operações.

Como fundamentação dos pedidos, se utilizaram dados e evidências sistematizados por instituições da sociedade civil, como a Redes da Maré, que tiveram peso indiscutível no resultado da ação judicial. Com isso, o pedido de plano de redução de danos e violações de direitos humanos foi acolhido pela justiça fluminense. O Estado, porém, apesar de obrigado judicialmente, não cumpriu efetivamente a determinação. Em vez disso, limitou-se a editar normas genéricas da prática profissional das policiais civil e militar.

Diante disso, percebendo que a letalidade policial no Rio de Janeiro aumentava vertiginosa-

mente, principalmente no período de governos com forte clamor de combate às drogas e criminalidade por meio de ações bélicas em favelas, as ideias da ACP da Maré foram levadas ao STF pela ADPF das favelas, para que os efeitos de tal julgamento pudessem servir de parâmetro não só para a Maré, mas para todos os territórios de favela. Diversas organizações da sociedade civil se reuniram para discutir a medida e o PSB (Partido Socialista Brasileiro) foi quem propôs a ação no STF. As demais organizações, como a Defensoria, ONGs e movimentos sociais, foram admitidas formalmente no curso do processo na qualidade de "amigos da corte" (amicus curiae), que as permite colaborar com dados e informações pertinentes ao caso em julgamento, para auxiliar os ministros julgadores. Assim, percebe-se que, em sua origem e desenvolvimento, a ADPF das favelas tem forte participação popular e da sociedade civil.

Diversos foram os impactos deste mecanismo no cotidiano das favelas. Em primeiro lugar, a ADPF foi fundamental para conter o avanço da letalidade policial em favelas, pois o governo estadual, mesmo diante da pandemia da covid-19, não dava sinais de trégua em sua incessante busca de eliminação da criminalidade e do tráfico de drogas tão somente por meio do enfrentamento bélico em meio urbano, com elevada densidade demográfica. Os moradores de favela seriam, assim, tratados, mais uma vez, como população civil de um exército inimigo, de modo que eventuais mortes dessas pessoas seriam consideradas mero efeito colateral. Entretanto, graças ao movimento da ADPF, o STF determinou restrição de operações policiais durante a pandemia, salvo em hipóteses absolutamente excepcionais, que devem ser justificadas.

A decisão, em caráter provisório e emergencial, surtiu efeitos imediatos na letalidade policial e reduziu drasticamente as mortes violentas no Estado do Rio de Janeiro, o que significa várias vidas faveladas salvas. Entretanto, uma brecha da generalidade do termo "absolutamente excepcionais" permitiu que as polícias fossem, gradativamente, esvaziando a decisão ao realizar operações por motivos diversos, mas que na prática não tinham nada de excepcionais, como interromper bailes funk ou para retirar barricadas em favelas.

Em contrapartida, as organizações envolvidas na ADPF não cansaram de denunciar os descumprimentos da decisão do STF, pressionando, paralelamente, pela aceitação do pedido de determinação ao Estado que elabore e implemente um plano de redução da letalidade policial, que havia sido indeferida, por ora, como medida cautelar (pedido emergencial temporário, não definitivo). Devido a isso, em abril deste ano, o Ministro relator da ADPF, Edson Fachin, convocou uma audiência pública para discutir como seria o referido plano e sua importância. Participaram diversos movimentos sociais, instituições e, em especial, moradores de favela vítimas diretas da violência de Estado. Foi um momento histórico em que a favela teve voz na maior corte do país e é inegável o seu impacto no curso deste processo.

Não foi à toa que o Ministro relator mudou de posição em relação ao pedido do plano e decidiu votar a favor do seu acolhimento, no julgamento do recurso apresentado pelos autores da ADPF (embargos de declaração). O julgamento, porém, foi interrompido em 31/05/2021, em função do pedido de vista do Ministro Alexandre de Moraes, que só devolveu os autos no dia 11/10/2021, permitindo-se, assim, a retomada da apreciação do recurso pelo STF. Agora, cabe ao presidente da corte, Ministro Luiz Fux, agendar a retomada desse julgamento, o que pode ocorrer a qualquer momento.

A ADPF das Favelas é um marco na luta por uma política de segurança pública que de fato busque proteger a vida, balizando a atuação das forças de segurança nas periferias para que respeitem os direitos fundamentais dos moradores. O debate travado no âmbito do STF tem efeito estrutural na política de segurança do Estado do Rio de Janeiro e pode servir de precedente para todo o Brasil, quando a corte suprema se pronunciar definitivamente sobre a ação.

Por isso, é fundamental a participação popular nesse processo, que poderá afetar a muito longo prazo a vida dos moradores de favela. A depender do grau de conhecimento e de divulgação ampla do debate desse processo, incalculáveis vidas podem ser salvas ou perdidas, nos próximos anos.

SEGURANÇA PÚBLICA E EDUCAÇÃO SANITÁRIA: A SOLUÇÃO VEM DA FAVELA

6

Por Vânia Silva

Moradora do Conjunto de Favelas da Maré há 46 anos, tem formação técnica em segurança do trabalho e administração e está se formando em Ciências Políticas pela Universidade Ampli online. Compõe a equipe do projeto Conexão Saúde, faz parte do Curso Pré-vestibular (CPV), da Redes da Maré, e do Curso de Extensão: Teorias e práticas para enfrentamento de violações aos Direitos Humanos, da Universidade da Cidadania e pela Comissão de Memória e Verdade da UFRJ.

Sou Vânia Silva e moro há 46 anos no complexo da Maré. A partir das informações colhidas no trabalho com os moradores e a partir das minhas percepções enquanto moradora que vivencia e conhece as demandas e problemas dentro do território, ficam evidentes algumas questões que historicamente afetam os moradores de favelas no Rio de Janeiro. Entre elas, queria dialogar um pouco sobre duas principais: a necessidade de inserção dos jovens e adultos no mercado de trabalho e as formas inadequadas de manuseio e descarte do lixo neste território.

É fato que o desemprego é uma realidade histórica no Brasil, principalmente nos últimos anos. A pandemia, inclusive, piorou esta realidade. Os moradores da favela ainda convivem com outra questão: a criminalização do local onde vivem. Essa criminalização vem de uma ideia propagada pela mídia e pelas autoridades de que este local é violento e sobre uma suspeita que se tem de seus moradores. E tudo isso é produzido e reforçado por uma política de segurança pública que atua sobre a favela através de violência e violações de direitos, diferente do que ocorre no restante da cidade. Essa criminalização recai de maneira mais intensiva sobre os egressos do sistema penitenciário, que por conta disso, têm muita dificuldade de se inserir no mercado de trabalho.

Frente a essa realidade, uma das estratégias fundamentais é buscar parcerias com empresas locais ou de grande porte, na tentativa de inserir nossos jovens e outros membros da família no mercado de trabalho. Poderíamos também usar da mesma parceria com empresas que ministram cursos profissionalizantes e assim formá-los e capacitá-los para o mercado de trabalho.

Em outra frente, podemos criar uma organização para o descarte do lixo nos territórios de favelas, assim também conseguimos gerar emprego para que essas famílias possam ter uma renda. É preciso implementar medidas que possam organizar e evitar o descarte incorreto do lixo.

Como a comunidade vem crescendo devido ao aumento de moradias, comércios e população, também aumenta o acúmulo de lixos nas ruas, becos e vielas do território das 16 favelas da Maré, ampliando focos de doenças com a proliferação de ratos e insetos, tornando-se um dos problemas mais intensos que atormentam os nossos moradores. Existe um atendimento que vem sendo realizado por uma empresa pública, mas que nos oferece apenas o trivial.

Diferentemente de outros locais da cidade, em que a política de resíduos sólidos ocorre articu-

lando serviços e ações de limpeza urbana como a coleta seletiva de lixo e a limpeza pública, nas favelas ocorre apenas a coleta de lixo nas principais vias, que muitas vezes estão distantes da casa dos moradores. A favela é quase sempre vista como um espaço de exclusão, violência e pobreza. Além disso, o senso comum reproduz a favela como um lugar sujo. Essa visão impacta diretamente nas políticas de limpeza urbana. Seja implicitamente pela ideia de que os moradores de favela não precisam de um ambiente limpo e saudável, ou pela justificativa de que os serviços não funcionam por conta da violência armada no território.

Quando olhamos as ruas da Maré e as ruas de bairros da zona sul do Rio de Janeiro, vemos uma diferença substancial com relação ao descarte inadequado de lixo. Esse fato tem necessariamente relação com a educação dos moradores de ambos os bairros. Apesar da mobilização dos moradores e a educação ambiental serem determinantes para esse processo, o principal elemento para essa diferença entre os bairros é como as políticas públicas de limpeza urbana são executadas nesses diferentes locais. A favela também é cidade e é obrigação do poder público investir nestes territórios, inclusive no que se refere à educação sanitária.

Um exemplo de investimento em estratégias comunitárias de descarte de lixo é colocar ganchos nas paredes externas das casas para que o morador possa pendurar seu lixo sem que precise ficar jogado nas esquinas, passando uma visão mais organizada. E para prédios que tenham várias moradias de aluguel, implementar cestos com um metro e meio de altura também com ganchos, para que o lixo seja pendurado caso não haja mais espaço nos cestos.

Implantar também motos com suportes para que possam transitar pelos becos dos territórios das 16 favelas onde tenham mais facilidades de recolher o lixo, assim evitando que ele seja descartado nas esquinas das ruas da comunidade. Isso também poderia gerar mais empregos, se contratassem agentes do próprio território para realizar a limpeza do local. Assim, conseguimos manter a nossa comunidade mais limpa e ajudar famílias que se encontram desempregadas, sem nenhuma renda.

Além disso, devemos realizar um trabalho de reeducação do descarte correto no horário certo, para que o projeto funcione em parceria com a empresa pública que atua no território. É função do Estado proporcionar condições para que os moradores também participem da limpeza urbana de sua localidade.

Algo que também poderia contribuir para a melhoria das condições de vida dos moradores seria realizar uma pesquisa que comprove os problemas trazidos pelo excesso de lixo, e assim criar um projeto para que o Estado possa implementar políticas públicas atualizadas para o tratamento do lixo, de acordo com a dinâmica do território. Uma pesquisa que ouça os moradores e pense em soluções segundo a realidade local.

Aqui no Complexo, residem mais de 140 mil moradores. É um território que necessita de atenção nessa questão do lixo, pois pode evitar o aumento de ratos e insetos que contribuem para o aparecimento de vários tipos de doenças. Buscar soluções para este problema é uma questão de saúde pública. Sendo assim, é importante o uso de estratégias de prevenção em saúde para conseguir mitigar danos e riscos à saúde da população.

Resolvendo antigos problemas com soluções a partir da favela, podemos mobilizar a população na limpeza de seu território e ampliar a consciência sanitária. Além de criar emprego e fonte de renda, melhorando a vida de diversos moradores que sofrem com os impactos da política de segurança pública, inclusive nesta criminalização dos nossos trabalhadores.

NA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO: FAVELA VIVE

7

Por Isabel Barbosa

Pesquisadora do Eixo Direito à Segurança Pública e Acesso à Justiça da Redes da Maré. Mestre em Políticas Públicas e Direitos Humanos (PPDH/UFRJ), Bacharel em Serviço Social (UNIRIO), Integrante do Coletivo Dona Ivone Lara.

Em seu livro "Genocídio do negro brasileiro: processos de um racismo mascarado", Abdias do Nascimento (1978) retrata alguns dos principais mecanismos de extermínio da população negra brasileira ao longo da história nacional. Mas esse genocídio, segundo o autor, não se limita ao assassinato de membros do grupo - o genocídio físico -, mas existem outros fatores igualmente importantes para este projeto, como o apagamento cultural, a precarização das condições de vida, a impossibilidade de ter nascimentos seguros, a quebra de organizações políticas e a promoção de fatores que abalam a saúde mental destes sujeitos. Ou seja, furta-se o direito à existência, à vida, em todas as suas dimensões.

A forma com que a política de segurança pública atua sobre os territórios favelados tem se apresentado como uma política de genocídio. Em um contexto pós-Constituição de 1988, que garantiu juridicamente a todo cidadão diversos direitos fundamentais, como a vida, a atuação policial violenta sobre territórios favelados tem violado ou impossibilitado o acesso aos direitos. Essa atuação é respaldada pela política de guerra às drogas, focalizada sobre o varejo de substâncias ilícitas em locais empobrecidos da cidade – embora a "cadeia de comando" não esteja localizada nestes territórios, pois o comércio de substâncias ilícitas tem caráter internacional (MACHADO DA SILVA, 2010).

Essa "metáfora de guerra" se fortalece com a implantação de um modelo de Estado que recua no que se refere à efetivação de direitos sociais e há o crescimento de um Estado Penal. A principal característica deste momento é que a pobreza é novamente tratada como caso de polícia, repercutindo no encarceramento em massa e na atuação militarizada sobre territórios favelados e periféricos. Isso ocorre também para o controle da população negra, que tem obtido importantes avanços em sua luta por direitos (WACQUANT, 2010). A própria existência de grupos armados que exercem poder sobre estes territórios é resultado dos vácuos que o Estado deixou historicamente no que se refere à efetivação de direitos neste locais da cidade (CASSERES; PIRES, 2017).

Vemos nos discursos das autoridades e da mídia a justificativa de que existe um exército inimigo a ser combatido. Mas essa criminalização não se direciona apenas aos grupos armados, mas a todos os moradores deste território, colocando-os como suspeitos até que se prove o contrário. Essa associação entre as características da população e o local de moradia com a criminalidade é novamente um resgate de estereótipos que se construíram sobre a população negra (GONZALEZ, 1984). Não por acaso, são os jovens negros os alvos principais desta política de genocídio (REDES DA MARÉ, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020). É o racismo que determina quem pode viver e quem deve morrer (MBEMBE, 2016).

Embora a favela não seja composta apenas da população negra, tendo a presença de populações de diversas origens, são considerados territórios negros (CASSERES; PIRES, 2017) por serem locais construídos pelas resistências para ocupação da cidade "que possuem em sua gênese o conflito racial" (CRUZ, 2020, p. 17).

Cada favela tem sua história e particularidade, mas não podemos esquecer os ideais eugênicos que pautaram o processo de higienização social da cidade do Rio de Janeiro no pós-abolição, demolindo cortiços e afastando a população considerada indesejada dos locais centrais da cidade (CHALHOUB, 1996). Isso aliado aos processos migratórios de populações das regiões norte e nordeste, que encontram na favela a possibilidade de sobreviver.

Para além da negação direta ao direito à vida pela morte, a militarização do cotidiano também repercute no adoecimento físico e mental da população, como já foi abordado em pesquisas na Maré (HERITAGE et al, 2021) e em Manguinhos (RIBEIRO et al, 2020). Os agentes do Estado têm, como práticas recorrentes, a invasão de domicílios, dano ao patrimônio, violência sexual e subtração de pertences dos moradores. Essa violência de Estado também acarreta na suspensão das atividades das unidades de saúde e educação, assim como tem impactos na mobilidade urbana e no fechamento do comércio local. A criminalização do território também influencia o acesso ao trabalho e renda, pelo estigma que recai sobre os moradores.

Os moradores são impactados então no seu direito a uma vida segura. O Estado viola o direito das mães de criarem seus filhos, das crianças brincarem e terem um ano letivo completo, dos jovens e adultos acessarem o mercado de trabalho e terem respeitado o seu patrimônio e de todos os moradores de viverem sem a possibilidade de morte violenta a qualquer momento. Quantos intelectuais, médicos, enfermeiros e engenheiros perdemos nessa suposta guerra?

Vivi minha infância e parte da adolescência no Conjunto de Favelas da Maré e embora more há alguns anos no "asfalto", ainda sinto os impactos dessa militarização. São constantes os sonhos em que estou em meio a uma operação policial, a ansiedade ao ver uma viatura, o medo de perder pessoas próximas e o sentimento de não pertencimento em alguns locais da cidade. Foi difícil, inclusive, me ver enquanto intelectual, apesar de estar na universidade. Mas também me orgulho do quanto os moradores inventam e reinventam formas de viver e respirar, apesar disso. Não estaríamos aqui escrevendo se assim não fosse.

É esta mesma favela que tem demonstrado que é possível realizar ações de prevenção da covid-19 segundo as necessidades do território. São esses sujeitos que se articularam para questionar a violação de direitos pela política de segurança pública junto ao poder judiciário, como no caso da ADPF das Favelas[3]. São esses locais que têm demonstrado que é possível pautar políticas públicas a partir da organização comunitária e produção de conhecimento crítico. A favela tem dado aula de política para a sociedade brasileira, mesmo em um contexto tão complicado como a pandemia, demonstrando que são agentes e não vítimas destas situações, embora impactados por estas.

É um desafio não pensar a política de segurança pública como uma política de morte, enquanto ela deveria defender a vida. É um desafio pensar em um direito à segurança pública, se o que conhecemos é a falta de segurança. Mas acredito que isso só será possível no momento em que nós, enquanto sociedade, reconhecermos e incidirmos sobre a estrutura do Estado brasileiro o que está presente na ponta do fuzil: o racismo. É sobre ele que foi construída esta forma de se fazer política pública. É por conta dele que as elites tiveram o poder de falar e categorizar a favela. É por esta estrutura que temos a desumanização dessas vidas, culturas e apagamento de suas lutas políticas cotidianas e de suas produções intelectuais, como bem nos lembram Lívia Casseres e Thula Pires (2017, p. 1462):

3 Fruto da organização de movimentos de favelas e instituições voltadas à defesa dos Direitos Humanos, a ADPF das Favelas é um mecanismo jurídico formulado para impedir que o estado do Rio de Janeiro continue violando os princípios constitucionais durante as operações policiais. Esta foi protocolada no Supremo Tribunal Federal e as primeiras decisões ocorreram ao longo de 2020.

É preciso encontrar novas coalizões. A luta antirracista é historicamente uma luta pela democracia e contra a dominação de classe, gênero e sexualidade. É preciso que as outras lutas entendam o lugar do racismo nos processos de desagregação social e violência institucional, para que seja possível se construir uma perspectiva capaz de verdadeiramente subverter a ordem vigente, em busca de uma democracia radical e concreta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo aqui não é romantizar nada. Quando produzimos conhecimento com a favela, o objetivo é demonstrar a realidade. Demonstrar sim quais são as violências que atravessam a vida dos moradores, mas também quais são as estratégias de resistência que têm sido desenvolvidas e que nem sempre são consideradas enquanto tais pela narrativa hegemônica (MARTINS, 2019). Trazer o conhecimento produzido durante toda essa trajetória de resistência e traçar estratégias para romper não apenas com o genocídio físico, mas também psicossocial e cultural ainda em curso na sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

CASSERES, Lívia Miranda Müller Drumond; PIRES, Thula Rafaela de Oliveira. Necropoder no território de favelas do Rio de Janeiro. In: BRITO, Alexis Couto de; FLORÊNCIO, Marco Aurélio; ANDRADE, Allyne (Org.). Congresso de Pesquisas em Ciências Criminais, 1, 30 ago. - 1 set. 2017, São Paulo, Anais... São Paulo, IBCCRIM, 2017.

CHALHOUB, Sidney. Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CRUZ, Monique de Carvalho. "Aqui a bala come, não tem aviso prévio": Favela, necropolítica e a resistência das mulheres-mães guardiãs da memória. Rio de Janeiro, 2020. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, L. A. et al. Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos. Revista Ciências Sociais Hoje, Brasília, Anpocs, p. 223-244, 1984.

HERITAGE, Paul et. al. Boletim Construindo Pontes: Uma investigação sobre saúde mental, violência, cultura e resiliência na Maré. Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2021.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. "Violência urbana", segurança pública e favelas - O caso do Rio de Janeiro atual. Caderno CRH, Salvador, v. 23, n. 59, p. 283-300, mai./ago. 2010.

MARTINS, Gizele. Por uma escrita antirracista. Revista Akeko, Rio de Janeiro, NEPP-DH/UFRJ, v. 2, n. 1, p. 16-17, 2019.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. Revista Arte & Ensaios, UFRJ, Rio de Janeiro, n. 32, p. 123-151, dez. 2016.

NASCIMENTO, Abdias. O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Editora Paz & Terra, 1978.

REDES DA MARÉ. Boletim Direito à Segurança Pública na Maré. 2. ed. Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2017.

REDES DA MARÉ. Boletim Direito à Segurança Pública na Maré. 3. ed. Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2018.

REDES DA MARÉ. Boletim Direito à Segurança Pública na Maré. 4. ed. Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2019.

REDES DA MARÉ. Boletim Direito à Segurança Pública na Maré. 5. ed. Rio de Janeiro: Redes da Maré, 2020.

RIBEIRO, Fernanda Mendes Lajes et. al. Violência armada e saúde: investigando os sentidos e os impactos da violência entre moradores e trabalhadores da saúde e da educação em Manguinhos/Rio de Janeiro/RJ – estudo de caso. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2020.

BASTA!
Outra maré é possível
Eu quero
PAZ

SEJA UM PARCEIRO,
DOE PELO SITE.

A Redes da Maré acredita que as favelas e territórioas populares devem produzir conhecimento para contar sua própria história, partindo dos sujeitos reais e criando alternativas concretas de transformação da realidade. Nessa perspectiva, o Eixo Direito à Segurança Pública e Acesso à Justiça produz conhecimento e narrativas a partir das vivências do território da Maré, como é o caso do Boletim de Segurança Pública e dos cadernos de artigos Falando Sobre Segurança Pública na Maré, um olhar tecido por moradores e pesquisadores a partir de seus cotidianos.

www.redesdamare.org.br 21 99924-6462
redesdamare redesdamareoficial
R. Sargento Silva Nunes, 1.012 · Nova Holanda · Maré · RJ

9 788561 382100